

## Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História<sup>1</sup>

José D'Assunção Barros<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados às diversas modalidades da História, organizando uma visão panorâmica dos vários campos em que se divide o conhecimento histórico nos dias de hoje. São discutidos aspectos diversos, incluindo os objetos, fontes e abordagens mais comuns a cada um destes campos. Algumas modalidades específicas da História são tomadas aqui como exemplificações para explicitar um método de trabalho e de criterização que presidiu um trabalho maior, o livro *O Campo da História*, publicado pelo autor recentemente.

**Palavras-chave:** Campos da História, metodologia da historia; escrita da história

### Abstract:

This article attempts to clarify and discuss some aspects related to the modalities of History, organizing a panoramic view of the various fields in which ones the historical knowledge is divided nowadays. The aspects to be discussed are diverse, and include the objects, sources and approaches more common in witch of these fields. Some of the modalities of History discussed in this article are considered here as exemplifications used to explicit a method of work and a system of criteria that were employed in a major work, the book named *The Field of History*, recently publicized by the author.

**Key Words:** Fields of History, historical methodology; historical writing.

### Introdução

A origem deste texto está precisamente na preocupação com o fato de que, embora a História hoje se divida em inúmeros campos ou sub-especialidades, estas divisões acabam parecendo um pouco ambíguas tanto para o público não-especializado que consome História, como para aqueles que percorrem uma trajetória acadêmica com vistas a consolidar uma formação que os habilitará, assim se espera, a produzir História de boa qualidade (no sentido de pesquisas e textos historiográficos).

Ouve-se falar em História Cultural, em História das Mentalidades, em História do Imaginário, em Micro-História, em História Serial, em História Quantitativa ... o que define estes e outros campos? Nota-se não raramente uma grande confusão entre algumas destas modalidades de História, e uma expressiva dificuldade dos interessados em História em situar um trabalho historiográfico qualquer dentro de um destes campos. Veremos que na verdade isto não é possível, já que a ampla maioria dos bons trabalhos historiográficos situa-se na verdade em uma interconexão de modalidades. Se são bons, são complexos. E se são complexos, hão de comportar algum tipo de ligação de saberes, seja os interiores ou exteriores ao saber historiográfico.

Pretende-se mostrar neste artigo – texto que remete a outro trabalho mais amplo e aprofundado – que a chave para compreender estes vários campos está em distinguir muito claramente as divisões que se referem a *dimensões* (enfoques), as divisões que se referem a *abordagens* (ou modos de fazer a História), e as divisões intermináveis que se referem aos *domínios* (áreas de concentração em torno de certas temáticas e objetos possíveis). Por outro lado, tal esforço de sistematização não exclui, como se verá, o reconhecimento dos imbricamentos entre os vários campos, as mútuas invasões de fronteiras, as afinidades e as interconexões possíveis, as diferenças e incompatibilidades.

### Clio Despedaçada

Uma característica crescente da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e auto-referenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de sub-especialidades e atravessado por muitas e muitas tendências. Fala-se hoje em muitos tipos de “história”, quando na historiografia profissional do início do século XIX os historiadores tinham uma idéia bem mais homogênea do seu ofício. O historiador de hoje é um historiador da cultura, um historiador econômico, um historiador das mentalidades, um especialista em História da Mulher, um medievalista ibérico ou um especialista nos estudos da Antigüidade Clássica, ou quem sabe ainda um doutor em História do Brasil Colonial mais particularmente especializado nos processos de visitação da Inquisição do Santo Ofício ... De igual maneira, existem os historiadores marxistas, ou mais especificamente os historiadores marxistas da linha gramsciana, thompsoniana ou qualquer outra, os historiadores weberianos, os micro-historiadores da linha italiana, ou sabe-se lá quantas outras orientações.

O oceano da historiografia acha-se hoje povoado por inúmeras ilhas, cada qual com a sua flora e a sua fauna particular. Ou, para utilizar uma metáfora mais atual, podemos ver a Historiografia como um vasto universo de informações percorrido por inúmeras redes, onde cada profissional encontra a sua conexão exata e particular. Exemplo: um historiador gramsciano que investiga exclusivamente a história da cultura tomando por objeto a Mulher da época do Brasil Colonial. Doravante, pelo resto de sua vida, é só sobre isto que ele falará em conferências, em mesas redondas e em artigos para revistas especializadas – ao mesmo tempo em que zelosamente orientará teses de mestrado direcionadas para aspectos ainda mais específicos dentro desta conexão particular, que por acaso também constituirá o conteúdo fundamental de seu curso semestral na Universidade em que trabalha.

A hiper-especialização do conhecimento histórico é um dado curioso e às vezes alarmante. Naturalmente que este não é um fenômeno que ocorreu apenas com a história: uma ciência como a Física também foi se dividindo a partir dos seus primórdios em muitos compartimentos internos, como a Termodinâmica, a Ótica, a Mecânica e tantos outros. Longe vão os tempos iluministas, em que um mesmo físico podia se interessar por diversificados

objetos de investigação que iam da ótica à termodinâmica. Mas, reconhecamos, houve também um tempo em que o mesmo pensador que escrevia um tratado de física ou um compêndio de metodologia experimental podia escrever um livro sobre a História da Inglaterra. Em todo o caso, prossigamos com os nossos exemplos ...

É preciso acrescentar ainda que, para além desta fragmentação da Física em uma diversidade de subcampos especializados, a partir do século XX esta mesma Física começou a partir-se em muitos tipos de Física conforme a perspectiva e visão de mundo por eles encaminhada. Assim, superada a Física Clássica como possibilidade de dar todas as respostas à compreensão dos fenômenos físicos, surgiram por exemplo a Física Quântica, a Física da Relatividade, e tantas outras. Conforme se vê, aqui falamos não mais de compartimentos de estudo no interior da Física como campo de conhecimento humano, mas sim de novas maneiras de conceber a própria Física.

Algo similar também ocorre com a História, que hoje em dia se vê tanto fragmentada em uma miríade de compartimentos internos – cada qual portador dos seus próprios objetos ou das suas próprias abordagens – como também repartida em várias visões diferenciadas do que seja a própria História enquanto campo do conhecimento. A partir daí poderemos começar a perceber que a fragmentação do saber, na verdade, é um fenômeno que se acentua no século XX através de dois caminhos distintos e independentes, embora no fim das contas ambos acabem contribuindo para este mesmo fim que é a cisão da História ou de qualquer outro campo do saber no seu caleidoscópio interno.

De uma lado, sobressai o fenômeno crescente da “especialização”: o médico já não será sequer mais especializado em ortorrino-laringologia – talvez seja um especialista na narina esquerda ou no ouvido direito. O advogado será especializado em processos destinados a assegurar indenizações motivadas por danos ambientais, e talvez conclua que será ainda mais adequado especializar-se na legislação dos vazamentos nucleares. Pode se dar até mesmo que um único vazamento lhe ofereça clientes pelo resto de sua vida profissional.

Além da *fragmentação de especialidades*, sobressai de outro lado a célebre crise dos paradigmas: já não existem nos meios acadêmicos muitos estudiosos que acreditem na existência definitiva de “uma única maneira de ver as coisas”. Esta *fragmentação de perspectivas*, assim poderemos chamá-la, não é de resto apanágio do saber científico. A própria História das Artes Visuais, que para os séculos anteriores conhece capítulos sobre os estilos de pintura tão bem arrumados por eras sucessivas – como a Arte Gótica, a Arte Renascentista, a Arte Barroca ou a Arte Neoclássica – depara-se quando chega ao século XX com uma partilha do campo da expressão artística em inúmeras tendências, tais como o Cubismo, o Abstracionismo, o Expressionismo, o Neoclassicismo moderno, o Realismo, o Surrealismo ... por aí poderíamos estender indefinidamente esta gama de subdivisões que na verdade não se sucedem umas às outras no tempo, mas partilham a mesma época, mostrando que os artistas modernos já não reconhecem mais um padrão de referência minimamente consensual. Deste modo, podemos dizer que a Arte e o conhecimento científico acompanham juntos, de alguma maneira, este mesmo fenômeno da fragmentação de perspectivas que é o pano de fundo da modernidade e da pós-

modernidade.

Mas com o problema da especialização crescente temos questões de outra ordem, que são as que aqui nos interessam neste momento em que estamos prestes a nos embrenhar por dentro das subdivisões a partir das quais os historiadores examinam atualmente o campo da História. A especialização, de saída, é um problema antigo, que no campo do conhecimento veio acompanhada das perdas de uma cultura mais humanística, mais completa e mais complexa. Contra este problema básico da humanidade moderna, que gera incessantemente mais e mais especialidades – todas devidamente complementadas por um crescente isolamento disciplinar – bate-se precisamente um grupo cada vez maior de pensadores que apregoa a necessidade da interdisciplinaridade e da “interligação dos saberes”. Serão novos tempos que se avizinham? Não o sabemos, já que até o momento parece ainda vigorar uma exigência de especialização que premia o destro-otorrinolaringologista em detrimento do clínico geral.

Na segunda metade do século XIX, esta ordem de problemas já se anunciava menos ou mais discretamente. Assim, o Zarathustra de Friedrich Nietzsche já se deparava, em uma das páginas desta famosa obra filosófica, com um daqueles “aleijões ao avesso” que tanto horrorizavam o filósofo alemão. Ao caminhar por uma ponte, Zarathustra havia tropeçado em uma gigantesca orelha. Mas olhando melhor, acabou verificando que sob a orelha movia-se alguma coisa, muito mirrada, de modo que acabou entendendo que a monstruosa orelha achava-se rigorosamente apoiada sobre um pequeno caule que era na verdade um homem. O povo da região apressou-se a dizer-lhe que a grande orelha não era somente um homem, mas sim um grande homem, um gênio. Zarathustra, contudo, guardou-se de acreditar que aquele era na verdade mais um dos inúmeros aleijões ao avesso, “homens aos quais falta tudo, salvo que têm demais de alguma coisa – homens que não passam de um grande olho ou de uma grande boca ou de um grande ventre ou de qualquer outra coisa grande”<sup>3</sup>.

Esta hiper-especialização de que já nos falava o Zarathustra de Nietzsche é um fenômeno que de algum modo chega com a modernidade, com a exigência de mais e mais funções necessárias à vida moderna, com a complexificação crescente do conhecimento humano, com os novos horizontes que não cessam de abrir aos seres humanos novas cortinas de possibilidades. Mas longe de ser apenas uma necessidade dos infinitos desdobramentos do conhecimento, a hiper-especialização é também a opção de uma comunidade científica que se desinteressou de uma cultura mais abrangente, mais humanística. Ser um “especialista em ouvido esquerdo” em determinadas horas do dia não impediria que nas demais horas o médico hiper-especializado ouvisse música de boa qualidade, que lesse boa literatura, que buscasse conhecer tanto quanto possível de História, que se inteirasse acerca dos avanços recentes da Física Quântica. Sobretudo, para a eficácia de seu próprio ofício, será sempre necessário não perder de vista o conhecimento mais generalizado de Medicina, pois pode ser que um problema de sangramento na narina esquerda seja na verdade decorrência direta de um aumento da pressão arterial ou de qualquer outro fator que nada tenha a ver mais especificamente com a sua sub-especialidade.

Os problemas pertinentes à fragmentação do saber afetam também, de maneira intermitente, a prática historiográfica de nossos dias (o diagnóstico econômico pode não dar conta de um problema das mentalidades, e o sangramento social que produz uma revolução

política pode ter como causa *mater* uma questão religiosa). Isolado no seu pequeno mundo, o historiador deve enfrentar os riscos de sua hiper-especialização ao mesmo tempo em que recebe estímulos sociais e institucionais para aprofundá-la cada vez mais. Sem contar com o já tão discutido agravante de que – com a propalada crise dos grandes modelos de ‘história total’ – a História já tão fragmentada em ‘dimensões’ (econômica, política, social) partiu-se com o apoio da mídia e das demandas editoriais em inumeráveis “migalhas” relacionadas aos novos ‘domínios históricos’ (história da religiosidade, da feitiçaria, da vida privada). O historiador das últimas décadas do século XX viu-se assim autorizado, tanto pela tendência à hiper-especialização do homem moderno como pelas novas modas historiográficas, a cuidar zelosamente do seu pequeno canteiro, como se nada mais importasse além de uma rosa rara.

Com tudo isto, talvez de maneira ainda mais delicada do que o cientista que se dedica ao seu fragmento particular de ciência, o historiador que se hiper-especializa em determinada dimensão historiográfica e em determinado objeto deve se pôr em guarda contra a possibilidade de se transformar em uma gigantesca orelha que se prende a um caule. Há sempre o risco de que os excessos na dedicação a “apenas ouvir” o levem a desaprender a “caminhar”, e que esta impossibilidade mesma o impeça de se locomover para melhor se posicionar de modo a captar novos sons no futuro. Enfim, a ausência de pés, de um corpo saudável com todos os seus membros e órgãos prontos a funcionar, pode até mesmo dificultar o projeto de alguém se tornar uma boa orelha!

Abandonando por ora o mundo enigmático das metáforas, diremos que a hiper-especialização em História Econômica (ou qualquer outro campo) pode conduzir ao esquecimento de que o mundo humano não pode ser decalcado do social, do político, do mental, ou de que a especialização exclusiva em métodos de História Serial pode impedir que se resolva um problema histórico naquele ponto onde se requer precisamente uma boa história qualitativa, uma recolha de depoimentos através da História Oral, e assim por diante.

Munidos deste alerta, tentaremos compreender a seguir os vários compartimentos em que a historiografia parece hoje se dividir. Não importa a que enfoque o historiador se dedique ou esteja mais habituado, dificilmente ele poderá alcançar um sucesso pleno no seu ofício se não conhecer todos os outros enfoques possíveis – talvez para conectá-los em determinadas oportunidades, talvez para compor com alguns deles o seu próprio campo complexo de sub-especialidades, ou talvez simplesmente para perceber que a história é sempre múltipla, mesmo que haja a possibilidade de examiná-la de perspectivas específicas.

### **Os lotes da História**

Existem basicamente duas grandes ordens de dificuldades que costumam tornar confusos os esforços de classificar e organizar internamente a História em sub-áreas especializadas. Uma corresponde a uma intrincada confusão de critérios que costuma presidir

estes esforços classificatórios, questão que deixaremos para discutir mais adiante. A outra ordem de dificuldades, da qual gostaríamos de falar em primeiro lugar, corresponde ao fato de que uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo.

Apesar de falarmos freqüentemente em uma “História Econômica”, em uma “História Política”, em uma “História Cultural”, e assim por diante, a verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem, ou rigorosamente sequer existem como dimensões separadas. Mas o ser humano, em sua ânsia de melhor compreender o mundo, acaba sendo obrigado a proceder a recortes e a operações simplificadoras, e é neste sentido que devem ser considerados os compartimentos que foram criados pelos próprios historiadores para enquadrar os seus vários tipos de estudos históricos.

Preocupados com uma “relição dos saberes” – depois deste conturbado século que de certa maneira foi o ‘século das especializações’ – não faltam os autores que alertam para os perigos e empobrecimentos do isolamento e da compartimentação:

“Sabe-se que o historiador tem o costume de arrumar os fatos em envelopes que se transformaram em entidades trans-históricas, em categorias temporais e universais: o social, o econômico, o político, o religioso, o cultural ... Depois de proceder a esta distribuição e a esta etiquetagem, por razões de competência pessoal ou por escolha disciplinar, o historiador atém-se comumente a uma única ordem de fatos”<sup>4</sup>

A saída é não utilizar as classificações como limites ou pretexto para o isolamento. Não se justifica o recuo diante de uma curva demográfica, quando o objeto de estudo o exige, sob o pretexto de que a sua é apenas uma História Cultural. Da mesma forma, um historiador econômico não pode recuar diante dos fatos da cultura (ou dos aspectos culturais de um “fato econômico”). Peter Burke registra em seu livro sobre a *Escola dos Annales* um exemplo extraído do grande historiador econômico Witold Kula:

“[...] Kula faz uma análise econômica dos latifúndios poloneses nos séculos XVII e XVIII. Mostrou que o comportamento econômico dos proprietários de terras polonesas era o oposto do que previa a economia clássica. Quando o preço do centeio, seu produto principal, aumentava, produziam menos, e quando o preço baixava, produziam mais. A explicação deste paradoxo deveria ser encontrada, diz Kula [...] no reino da cultura, ou das mentalidades. Tais aristocratas não estavam interessados em lucros, mas em manter um estilo de vida, da maneira a que estavam acostumados. As variações na produção eram tentativas de manter uma renda padrão. Seria interessante imaginar as reações de Karl Marx a essas idéias”<sup>5</sup>

O fundador do Materialismo Histórico teria possivelmente reagido bem à flexibilidade de Kula, poderíamos acrescentar. Afinal, em sua análise política e econômica do *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1952), Marx não recua diante dos fatos do “imaginário” (palavra que ainda estava longe de ser cunhada). Sua explicação para a ascensão de Luís Bonaparte ao

governo francês na segunda metade do século XIX, com base nos votos dos camponeses, está ancorada precisamente em uma análise do imaginário, do peso que a imagem de Napoleão Bonaparte (tio de Luís Bonaparte) ainda exercia sobre a população. Este é um livro que todos os historiadores, marxistas ou não marxistas, deveriam ler atentamente<sup>6</sup>.

Em vista destes e de tantos outros exemplos que poderiam ser extraídos de obras historiográficas magistrais, fica a lição de que o esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões. Definir o ambiente intra-disciplinar em que florescerá a pesquisa ou no qual se consolidará uma atuação historiográfica deve ser encarado como um esforço de auto-conhecimento, de definir os pontos de partida mais significativos – e não como uma profissão de fé no isolamento intra-disciplinar.

Uma segunda ordem de dificuldades que costuma confundir as tentativas de subdividir internamente o Campo Histórico refere-se a uma inadvertida mistura dos critérios que são habitualmente utilizados para a classificação das várias “histórias”. Fala-se por exemplo em uma *História Demográfica* ou em uma *História Política*, noções que se referem a ‘dimensões’ ou a fatores que ajudam a definir a realidade social (a população, o poder); fala-se de uma *História Oral* ou de uma *História Serial*, que são classificações da História que remetem ao tipo de fontes com as quais elas lidam ou às ‘abordagens’ que os historiadores utilizam para tratar estas fontes (a entrevista, a serialização de dados); fala-se da *Micro-História* ou da *História Quantitativa*, que são classificações relativas aos campos de observação abordados pelo historiador (a micro-realidade, o número); fala-se em uma *História das Mulheres* ou em uma *História dos Marginais*, que são classificações relacionadas aos ‘sujeitos’ que fazem a História (a Mulher, o Marginal); fala-se em uma *História Rural* ou em uma *História Urbana*, que são subdivisões relativas aos ‘ambientes sociais’ examinados pelo historiador (o Campo, a Cidade); fala-se de uma *História da Arte* ou de uma *História da Sexualidade*, que são âmbitos associados aos ‘objetos’ considerados na pesquisa histórica (a Criação Artística, o Sexo). Poder-se-ia falar ainda em uma *História Vista de Baixo*, para simbolizar uma inversão de perspectiva em relação à tradicional historiografia que partia do poder dominante, e até em uma *História Imediata*, modalidade historiográfica em que o autor é ao mesmo tempo historiador e personagem dos acontecimentos que descreve ou analisa.

Todos estes exemplos constituem legítimas especialidades da História. Mas as dificuldades começam a se mostrar quando estas várias classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturadas indiscriminadamente para organizar os vários “lotes” da História.

O ‘Quadro 1’ foi elaborado com o intuito de organizar estes critérios – distribuindo-os em ‘dimensões’, ‘abordagens’ e ‘domínios’ da História – e buscando esclarecer as várias divisões que estes critérios podem gerar. De certo modo, as três ordens de critérios correspondem a divisões da História respectivamente relacionadas a “enfoques”, “métodos” e “temas”. Uma *dimensão* implica em um tipo de enfoque ou em um ‘modo de ver’ (ou em algo que se pretende ver em primeiro plano na observação de uma sociedade historicamente localizada); uma *abordagem* implica em um ‘modo de fazer a história’ a partir dos materiais com os quais deve trabalhar o historiador (determinadas fontes, determinados métodos, e





Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em uma única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a História Econômica), uma determinada abordagem (a História Social), e um certo domínio (a História dos Camponeses). Na verdade, muitos outros tipos de combinações serão possíveis, até mesmo no interior de um grupo de critérios, mas deixaremos para mencionar isto no momento apropriado.

No Quadro 1 veremos que a primeira ordem de classificações a nos referirmos é aquela gerada pelas várias *dimensões* da vida humana que podem constituir enfoques historiográficos, embora na realidade social efetiva estas dimensões nunca apareçam desligadas entre si. Teremos então uma História Demográfica, uma História da Cultura Material, uma História Econômica, uma História Política, uma História Cultural, e assim por diante.

É preciso ter em vista, antes de mais nada, que estas dimensões a serem definidas como ‘instâncias da realidade social’ são em todos os casos construções do historiador, contendo a sua parcela de arbitrariedade e a sua possibilidade de flutuações ao longo do desenvolvimento da história do pensamento historiográfico. A cada novo período da historiografia, uma dimensão pode como que se desprender da outra, ou então duas dimensões que antes andavam separadas podem voltar a se juntar.

A História das Mentalidades, a História do Imaginário e a História Antropológica, por exemplo, foram enfoques que de certo modo se desprenderam há algumas décadas da História da Cultura; e a História da Cultura Material organizou-se a partir de um certo setor da História Econômica que estava diretamente voltado para o consumo e que passou a se conectar com certos aspectos enfatizados pela História Cultural, ao mesmo tempo em que se beneficiava das preocupações crescentes com a vida cotidiana que surgiram no decurso do século XX. Há também as dimensões que são constituídas pelo contato da História com outras disciplinas, como a Geo-História, que surgiu de uma interface do trabalho historiográfico com a Geografia.

É também digno de nota o fato de que algumas dimensões podem começar por ser construídas por contraste com outras, por vezes gerando certas oposições mais marcantes, até que em seu desenvolvimento posterior certas interfaces possam ser estabelecidas ou retomadas. De certo modo, a História Social e a História Econômica do século XX começaram a ser edificadas a partir de um contraste com a velha História Política que se fazia no século XIX – e isto resultou no provisório abandono de alguns objetos por estas novas sub-especialidades (por longo tempo, desapareceriam da prática historiográfica profissional do século XX a biografia de personalidades políticas importantes e a história das grandes batalhas, temas que depois retornaram nas últimas décadas do século XX). Em suma: o caleidoscópio historiográfico sofre os seus rearranjos. E estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais. Os paradigmas acabam sendo substituídos uns por outros, por mais que tenham perdurado, e trazem a seu reboque novas tábuas de classificação.

Posto isto, será possível dividir a História conforme ela é hoje compreendida pelos historiadores profissionais em dimensões relativas a certos enfoques que são priorizados na apreensão da vida e da organização de uma sociedade. Vejamos, a título de exemplo, algumas

destas divisões possíveis.

### **Demografia, Cultura Material e Geo-História**

A maior parte das *dimensões* que indicamos no âmbito esquerdo do Quadro 1 será por si só evidente para os leitores bem informados de hoje em dia. Afinal, correspondem a categorias relativamente divulgadas, mesmo pela literatura menos especializada (e que de certo modo são categorias de nosso tempo, por isto mesmo sujeitas a retificações pelas gerações posteriores). O que podemos dizer de antemão é que cada uma das dimensões que procuraremos delimitar a seguir é atravessada por uma “noção” muito marcante, embora nem sempre muito precisa e por vezes polissêmica. A História Política e a História Cultural, por exemplo, são atravessadas respectivamente pelas noções de “poder” e de “cultura”, das quais se sabe serem extremamente polissêmicas (basta lembrar que o conceito de “cultura” tem dezenas de sentidos que estão hoje em uso nas ciências humanas). A História das Mentalidades é atravessada pela ambígua noção de “mentalidade”, e na verdade abarca dois aspectos importantes da vida humana que são os ‘modos de pensar’ e os ‘modos de sentir’ (é possível, quem sabe, que um dia ela venha a cindir-se em uma ‘história das mentalidades’ propriamente dita e em uma ‘história das sensibilidades’). A História do Imaginário é atravessada pelo conceito de “imagem”, que não se prende apenas ao de imagem visual, mas abarca também o âmbito das imagens verbais e das imagens mentais.

Apenas para dar a partida nesta busca de maior transparência classificatória, poderemos começar discutindo a *História Demográfica*, que enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere mais ou menos diretamente à ‘População’: as suas variações quantitativas e qualitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios, e assim por diante. Desta forma, é a noção de “população”, com tudo o que ela implica, o que atravessa a constituição desta sub-especialidade da História.

À medida em que vai conectando os aspectos mais especificamente relacionados às categorias populacionais (como a mortalidade ou a natalidade), com frequência obtidos através de métodos estatísticos e da abordagem quantitativa, para depois relacionar estes aspectos de modo a dar a perceber a vida social de uma determinada comunidade, a História Demográfica estabelece interfaces com a História Social. Para utilizar uma imagem mais eloqüente, a História Demográfica vai se convertendo muito claramente em um tipo de História Social na razão direta em que a ‘história da mortalidade’ vai derivando para uma ‘história da morte’, mostrando-se também neste particular a possibilidade de uma interface ainda mais específica com a História das Mentalidades.

Assim, um historiador que esteja preocupado em coligir informações sistemáticas a respeito de uma determinada população historicamente localizada – ou, ainda mais especificamente, sobre os níveis e tipos de mortalidade desta população – estará realizando uma História Demográfica de caráter ainda descritivo, em que pese a sua importância para estudos posteriores. Poderá dar a perceber – através de gráficos construídos com informações

cuidadosamente extraídas de fontes seriadas – aspectos relativos à idade média com que costumavam morrer os indivíduos deste ou daquele grupo social, os tipos de morte que mais freqüentemente sofriam (oriundas de doenças, de envelhecimento ou de violência social), os bens que costumavam testar para seus herdeiros, os valores monetários que eram habitualmente despendidos nos seus enterros, os tipos de destino que tinham seus corpos (cremados, enterrados, engavetados), a qualidade da madeira empregada nos ataúdes, a presença ou não de epitáfios, a ocorrência de extrema unção, ou sabe-se lá quantos outros aspectos que poderiam compor um panorama informativo sobre a morte na sociedade examinada.

Este seria obviamente um grande panorama descritivo, objeto possível de uma História da Mortalidade no sentido em que esta pode ser definida precisamente pela recolha deste tipo de informações. A “Morte” propriamente dita é contudo um fenômeno social. Ela gera representações, comoções, expectativas espirituais para os que irão partir e expectativas materiais para os que vão ficar. A incidência de um determinado número de mortes através da Peste Negra, comprovada para períodos como o do século XIV, pode ter gerado na época um certo imaginário, ter produzido transformações na religiosidade, ter modificado formas de sociabilidade, ter dado origem a novos objetos da cultura material (como as velas de sétimo dia ou os caixões da madeira menos nobre para atender à demanda de um número crescente de mortos). Um enterro pode ser examinado no que se refere a certos usos sociais, como por exemplo a presença de carpideiras ou a ocorrência de determinado tipo de discursos de despedida, ou ainda a forma de luto e resguardo oficialmente aceita que a viúva deverá observar para não correr o risco de transgredir as normas aceitas pelo grupo.

Os ritos, costumes, tabus, sentimentos, carências e representações gerados pelo fenômeno da morte são obviamente objetos de uma História Social conforme a definiremos mais adiante, ou podem ser também objetos de uma História Cultural, de uma História Econômica, ou mesmo de uma História Política (dependendo da importância simbólica do morto). O historiador da demografia que pretenda fazer uma história que não seja simplesmente informativa ou descritiva, mas também problematizada, certamente encontrará caminhos para estabelecer conexões entre as informações numéricas ou padronizadas e as inferências sociais e culturais. Dito de outra forma, ele se empenhará em realizar não só uma História da Mortalidade, mas também uma autêntica História da Morte.

A Demografia Histórica atravessa hoje estes dilemas. Já inexistiu aquela novidade da estatística histórica que justificava na década de 1950 a feitura de teses mais descritivas – meras coleções de informações sobre a mortalidade, a natalidade ou a nupcialidade. Hoje se espera que o historiador “problematize” a morte, o nascimento ou o casamento; que não apenas contabilize os movimentos migratórios, mas que também fale sobre as expectativas culturais e sociais dos migrantes, que recupere um pouco da sua vida da aparente aridez a partir de uma documentação que, se utilizada com finalidades meramente estatísticas, não trará para os leitores de história mais do que um número, verdadeiro mas abstrato, preciso mas patético, matematicamente desencarnado.

Os problemas relativos ao risco de que um estilo ‘quantitativo não-problematizado’ comprometa uma obra de História Demográfica são comuns também a outros campos que se

utilizam eventualmente das técnicas estatísticas e de quantificação, como a História Econômica. Na verdade, estes são riscos comuns a todos os campos historiográficos que se sintonizam com a chamada História Quantitativa (expressão que se relaciona a uma ‘abordagem’, conforme pode ser visto no segundo campo de critérios do Quadro 1). Da mesma forma que é um ato meramente descritivo registrar gratuitamente uma variação secular nos preços de um certo produto, compilar aspectos referentes a uma população sem uma problematização correspondente é um gesto historiográfico vazio de um conteúdo maior. Voltaremos a esta questão quando discutirmos os horizontes e os limites da História Quantitativa.

Postos estes cuidados, a História Demográfica é uma dimensão importante a ser examinada pelos historiadores que se dedicam aos vários períodos, e muitos deles têm prestado contribuições inestimáveis à compreensão da vida rural, da vida urbana, das oscilações nos níveis populacionais gerais e localizados com as suas devidas implicações sociais. Os problemas mais comuns pertinentes a este campo de estudo estão associados à compreensão da relatividade do próprio número. Historicamente, nunca se pode dizer por exemplo que uma cidade é populosa ou pouco habitada, a não ser que seja avaliado o contexto da informação numérica a que chegou o historiador demográfico. Assim, na Antigüidade Grega o filósofo Aristóteles já idealizava para uma cidade um efetivo populacional de no máximo cinco mil cidadãos (excluindo as mulheres e escravos que também a habitariam). Trata-se de certo modo de uma crítica àquilo que lhe parecia ser uma excessiva população urbana para a cidade de Atenas, que no tempo de Péricles havia chegado a possuir 40.000 cidadãos. Roma, alguns séculos depois, atingiria um milhão de habitantes, o que faria da Atenas clássica uma cidade comparativamente pequena (isto é, se os parâmetros de uma época pudessem modelar a leitura de uma outra). Mas em compensação, a antiga capital do Império Romano teria a sua população reduzida a menos de cem mil habitantes no período medieval. Este período conhece portanto um rebaixamento no limiar populacional urbano: lugares com dois ou três mil habitantes tenderiam a receber o *status* de uma “cidade” de dimensões consideráveis, conforme estes novos parâmetros.

Hoje em dia, quando vivemos o drástico problema da superpopulação mundial e quando consideramos que a maior parte da população de quase todos os países mais importantes vive em cidades (fenômeno específico do século XX) estes limiares de população urbana oriundos de outras épocas tornam-se irrisórios para o homem comum. Mas não para o historiador. Tudo isto vem nos mostrar simultaneamente a importância e a relatividade do aspecto populacional para uma caracterização da Cidade enquanto tal. Ou seja, o número tomado isoladamente não deve ter grande importância para o historiador, a não ser quando ele pode contextualizá-lo, produzir a partir dele inferências socioculturais, conectá-lo a outras informações e estabelecer hipóteses para a compreensão de uma sociedade.

Outro problema a ser referenciado, além da ‘relatividade do número’, refere-se ao da ‘problematização do número’. Um campo fértil de aplicações da demografia histórica aparece quando começamos a relacionar padrões de comportamento populacional com as necessidades políticas e sociais desta população. Malthus, já no século XIX, fazia notar que diversas sociedades controlavam os seus limites populacionais face aos recursos alimentícios e

materiais através da adoção de um padrão de ‘casamento tardio’ (na faixa etária de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens), em uma época em que havia poucos meios de controle da natalidade. O ‘casamento retardado’ adicionado à ‘precariedade de recursos anticoncepcionais’ podia exigir o desenvolvimento de determinados padrões de abstinência entre os jovens (já que não eram desejados nestas sociedades os filhos ilegítimos que, de resto, comprometeriam com uma maior demanda por alimentos as possibilidades de sobrevivência do grupo).

Conexões como estas formaram um campo significativo para os historiadores associarem certos dados demográficos a aspectos ideológicos. A valorização da vida ascética, as associações entre amor e sexo, a moralização do sexo a partir de interditos, ou mesmo o surgimento de movimentos artísticos que valorizaram o “amor casto” (como ocorre com o Amor Cortês entre os trovadores da Idade Média) ... tudo isto pode ter uma outra ponta nas necessidades vitais de contrabalançar nascimentos em uma sociedade que tem poucas alternativas anticoncepcionais. Torna-se necessário nestas sociedades a criação de ocupações dignas para o jovem que terá de retardar a constituição da família: daí, na Idade Média, o engajamento em aventuras como ‘cavaleiro andante’ ou cruzado, a valorização do santo, a alternativa do eremitismo. Surgem também as necessidades de criar um sistema para a distribuição do patrimônio familiar entre os herdeiros de um chefe de família que morreu – algumas sociedades adotaram o sistema da primogenitura masculina, para evitar que a propriedade fragmente-se entre vários herdeiros. Resultado disto: novos marginalizados no seio familiar, novas necessidades de práticas comportamentais específicas, novas necessidades de ideologias que obriguem todos a estas práticas. O dado demográfico está sempre preso a uma teia complexa: uma variação em um aspecto populacional pode produzir a necessidade de um grande rearranjo na organização política, nos traços ideológicos e nos bens culturais a serem produzidos pela sociedade. A estas conexões o historiador demográfico deve estar atento. São apenas alguns exemplos, entre tantos, que mostram que a dimensão cultural ou política e a dimensão demográfica devem ser postas a dialogar pelo historiador.

Com os exemplos mencionados, fica claro que a História Demográfica – a boa História Demográfica – obriga-se a dialogar com aspectos que a ultrapassam. O historiador não deve se transformar em um mero recenseador retroativo, como estamos tentando demonstrar. É preciso que, mesmo partindo dos fatos demográficos, ele esteja atento aos fatos da cultura, aos fatos econômicos, aos fatos políticos, às ideologias, aos aspectos antropológicos. A História Demográfica reafirma hoje o seu lugar no campo histórico precisamente estabelecendo interfaces com os outros campos historiográficos: com a História Econômica, com a História Social, com a História Política, com a História Cultural, ou com qualquer outra dimensão a ser examinada pelo historiador. Eis aqui um exemplo marcante de que, mais do que nunca, o historiador deve evitar de se deixar trancafiar no isolamento de seu compartimento historiográfico de maior interesse. A tendência do historiador do século XXI, pode-se prever, será a de trabalhar cada vez mais habitualmente em um campo de interconexões, mesmo que ele conserve a sua especialidade. Assim como o otorrino-laringologista não deveria deixar de ser um clínico geral em todas as horas, um historiador demográfico não pode deixar de se

preparar para dominar satisfatoriamente o *métier* do historiador da cultura, do historiador social, do historiador político.

Com relação a obras historiográficas voltadas para o aspecto demográfico, elas começaram a aparecer na década de 1950 – sob o impulso do método da “reconstituição familiar” desenvolvido pelo demógrafo Louis Henry, que começou a aplicá-lo a sociedades do passado. O método propunha vincular as informações relativas a nascimentos, casamentos e mortes em uma determinada região, e pode ser apreendido no manual escrito por Louis Henry com o título de *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*<sup>7</sup>. A partir daí surge uma profusão de teses. Algumas vinculam a História Demográfica a um campo novo, a História Regional (divisão que em nosso quadro enquadramos no critério ‘abordagens’ mais especificamente no sub-item ‘campo de observação’). O historiador regional é aquele que trabalha com uma determinada região, e neste trabalho, dependendo do seu problema historiográfico específico, ele pode realizar uma História Demográfica (como também uma História Econômica, uma História Cultural, e assim por diante).

Para o caso do entrelaçamento entre História Demográfica e História Regional, os pioneiros foram os historiadores franceses da década de 1950 e 1960, sobretudo Goubert com seu *Beauvais et le Beauvaisis* (1960), que focaliza uma região francesa no século XVII. É esta, talvez, a primeira obra de ‘demografia social’. Além de ser uma História Regional cuidadosamente articulada com uma Demografia Histórica, trata-se de uma verdadeira análise social, também atenta aos aspectos econômicos, e na mesma linha teríamos os célebres estudos de Pierre Vilar sobre a *Catalunha* (1962).

\*

Outro campo que poderíamos dar como exemplo de dimensão historiográfica é o da *História da Cultura Material*, modalidade que estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano. A noção que atravessa este campo é a da “matéria” (ou do ‘objeto material’, que pode ser tanto o de tipo durável, como no caso dos monumentos e dos utensílios, como do tipo perecível, como no caso dos alimentos). Contudo, este campo deve examinar não o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural. Afinal, a noção de “cultura” também não deixa de atravessar este campo.

Desta forma, o historiador da cultura material não estará atento apenas aos tecidos e objetos da indumentária, mas também aos modos de vestir, às oscilações da moda, às suas variações conforme os grupos sociais, às demarcações políticas que por vezes se colam a uma determinada roupa que os indivíduos de certas minorias podem ser obrigados a utilizar em sociedades que aproximam os critérios da “diferença” e da “desigualdade”. Com relação aos alimentos, o historiador buscará não um exaustivo inventário dos vários gêneros alimentícios,

mas uma compreensão dos seus modos de consumo, dos regimes alimentares que predominam nos diversificados grupos sociais e profissionais, das expectativas simbólicas de cada alimento; das formas de armazenamento e intercâmbio dos gêneros alimentícios. Da variedade de habitações, procurará extrair uma compreensão da vida familiar, das relações entre público e privado, da segregação social que pode ser estabelecida a partir de determinadas configurações de espaço, dos regimes imaginários que podem estar associados a certos padrões habitacionais, da correlação entre os vários tipos de bens imóveis e os grupos sociais a que pertencem os seus possuidores.

Ao perceber a materialidade de uma cidade – os seus monumentos, os seus espaços de circulação, os seus espaços de trancafiamento, os seus compartimentos lícitos e ilícitos – o historiador estará buscando perceber os modos de vida da sociedade que a habita, as expectativas dos seus habitantes. Ao examinar uma cidade murada, como aquelas que eram tão típicas da Idade Média e do princípio da modernidade, tentará compreender o que significa este tipo de “viver murado”, que medos aparecem a reboque desta espécie de enclausuramento urbano ou, na contrapartida, que sensações de segurança contribuirão para o alívio do habitante murado frente aos riscos de invasão externa. A cidade aberta, com outros tipos de problemas, inspirarão reflexões distintas, e darão dar a conhecer outros tipos de sociedades. O historiador da cultura material que trabalha com a História Urbana (que é um ‘domínio’ histórico, conforme indicamos no Quadro 1) tem muito a perceber dos seus objetos citadinos.

Móveis, objetos decorativos, ferramentas, máquinas, matérias primas que darão luz a objetos manufaturados, veículos que os transportarão ao longo de grandes avenidas e estradas, com destino a determinados grupos de consumidores que por estes bens terão de pagar em moeda sonante ... tudo pode ser objeto de uma História da Cultura Material. Pode-se perceber que, além da noção de “materialidade”, uma outra noção marcante que muito freqüentemente atravessa este campo histórico é a de “cotidiano”. O historiador da cultura material estará freqüentemente estudando os domínios da vida cotidiana, da vida privada, embora estes domínios também possam ser partilhados por historiadores voltados predominantemente para outras dimensões ou enfoques, como é também o caso da História das Mentalidades.

O estudo atento dos objetos da cultura material faz com que esta especificidade da história esteja intimamente associada à *Arqueologia*, mas esta última designação refere-se preferencialmente a uma ‘abordagem’ relacionada ao levantamento e à decifração de fontes da cultura material, e não tanto à ‘dimensão’ de vida social que é trazida a primeiro plano por estas fontes<sup>8</sup>. Deste modo, ao se mostrar relacionada a um ‘modo’ de desvendar vestígios materiais e de conectá-los para reconstruir a História, a Arqueologia vincula-se mais coerentemente à segunda ordem de critérios indicada no Quadro 1 (‘abordagens’). Neste sentido, para um historiador, a Arqueologia remete sobretudo aos ‘métodos arqueológicos’ que eventualmente serão empregados para levantar fontes e dados empíricos no decorrer da pesquisa – fontes e dados sobre os quais o historiador fará incidir depois um determinado enfoque que pode ou não ser o da História da Cultura Material. Mas, de qualquer maneira, a História da Cultura Material e a Arqueologia freqüente-mente andam juntas<sup>9</sup>.

Também a História da Cultura Material pode atuar na conexão com campos historiográficos definidos por outras dimensões ou enfoques. Assim, a “matéria” e a

“imagem” podem ser examinadas nas suas interrelações, e conseqüentemente um historiador pode associar os campos da História da Cultura Material e da História do Imaginário. Segundo Gaston Bachelard (1943), “a imaginação de um movimento reclama a imaginação de uma matéria”<sup>10</sup>. A partir de um enfoque que não deixa de ser similar, os objetos e artefatos são encarados como complexos de tendências ou “redes de gestos” por Leroi-Gourhan – que de algum modo não deixa de ser simultaneamente um antropólogo da cultura material e do imaginário que se dedicou mais particularmente às culturas paleolíticas. O vaso, por exemplo, seria uma materialização da tendência geral de conter fluidos<sup>11</sup>. Relacionando gestos, imagens e objetos materiais, Leroi-Gourhan analisa determinados objetos, como a “casca”, visando estabelecer curiosas interconexões. “As tendências para “conter”, “flutuar”, “cobrir” particularizadas pelas técnicas do tratamento da casca dão o vaso, a canoa ou o telhado. Se este vaso de casca é cozido, implica imediatamente uma outra clivagem possível das tendências: coser para conter dá o vaso de casca, coser para vestir dá a veste de peles, coser para abrigar dá a casa de pranchas cozidas”<sup>12</sup>.

Estas divagações podem parecer demasiado abstratas à primeira vista, mas devemos aprender com elas. As relações entre os objetos da cultura material e o imaginário podem ser exploradas criativamente pelos historiadores de um ou outro destes campos. Independente de ser um símbolo bélico, a ‘espada’ também se abre imagisticamente para o gesto do ‘ordenamento social’. Ela estende-se para o gesto que corta, que discrimina, que separa, que compartimenta – que ordena o social, enfim. Neste sentido, o símbolo incorpora com a sugestão do ‘ordenamento social’ mais esta outra função representativa, para além do enfrentamento do inimigo. A espada torna-se um símbolo polissêmico, representação da força mas também, da justiça.

As interrelações mais imediatas da História da Cultura Material afirmar-se-ão provavelmente com a História Econômica, que, conforme veremos mais adiante, terá como um dos seus três setores básicos de preocupações o estudo da esfera da Produção. Neste caso, os objetos materiais privilegiados para estudo serão as ferramentas, as máquinas, a matéria prima – ou, para utilizar a terminologia marxista, os ‘meios’ e ‘instrumentos de produção’. Sem contar as ‘técnicas’, que também se tornam objeto de interesse da História da Cultura Material (usos que se incorporam a determinados objetos, ou que até mesmo os definem). Na esfera econômica da Circulação, teremos como objetos da cultura material importantes as “moedas”, pontos focais para estudos de cultura material, de história econômica e novamente do imaginário (se o historiador ocupar-se também do estudo da simbologia de suas efígies). Quanto aos objetos ligados ao Consumo, são infinitos.

Um exemplo de História da Cultura Material foi concretizado por Braudel, em um dos volumes de *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1967)<sup>13</sup>. Por outro lado, Marc Bloch pode ser considerado um precursor, levando-se em conta que teria empreendido uma modalidade de História da Cultura Material ao analisar a ‘paisagem rural’ na medievalidade francesa<sup>14</sup>.

Enfim, o tratamento historiográfico da Cultura Material pode ser identificado através



de um longo desenvolvimento, no decurso deste último século, que vai desde estas obras pioneiras até as obras mais recentes, como a *História das Coisas Banais* de Daniel Roche<sup>15</sup> – obra que examina para a sociedade europeia do século XVII ao XIX diversificados aspectos como a alimentação, o vestuário e aparência, o fornecimento de água, luz e aquecimento, os móveis e utensílios e, de uma maneira geral, a produção de objetos e o seu consumo. Eis aí, portanto, uma história do ocidente moderno através dos objetos e dos seus usos, inscrevendo-os em uma teia de relações humanas que deve ser captada para que a História da Cultura Material não se transforme em um mero inventário descritivo de bens diversos e de suas formas de consumo.

No Brasil, registraremos o pioneirismo dos estudos de História da Cultura Material com a obra *Caminhos e Fronteiras* (1956) de Sérgio Buarque de Holanda. Se em *Visões do Paraíso*<sup>16</sup> o sociólogo-historiador aborda o Imaginário (campo que discutiremos mais adiante), em *Caminhos e Fronteiras*<sup>17</sup> o seu enfoque é precisamente a ‘vida material’ da região de São Paulo no período colonial. Na verdade, Sérgio Buarque focaliza a vida material como meio para perceber a interação entre colonizadores de origem europeia e ameríndios (o confronto cultural é a sua preocupação básica desde 1936, com *Raízes do Brasil*). Trata-se, portanto, de uma História da Cultura Material motivada por uma preocupação típica da História Social da Cultura, compreendida aqui no seu sentido mais específico. As técnicas rurais, a produção de alimentos, a paisagem rural assinalada pelos trigais, a indústria caseira e o artesanato urbano, os utensílios (como a rede de dormir) ou os instrumentos (como o arado utilizado no trabalho rural) ... eis aqui os materiais para uma autêntica História da Cultura Material que procura reconstruir, a partir de uma problematização sociocultural mais ampla, uma rede complexa que envolve objetos, técnicas e consumo. Horizontes abertos para que a historiografia brasileira continue a elaborar trabalhos ligados a esta modalidade histórica.

### Considerações Finais

As modalidades historiográficas acima discutidas devem ser entendidas nesse artigo apenas como exemplificações para um estudo maior que se proponha a examinar os espaços internos em que hoje se reparte o saber historiográfico. Esse tipo de estudo foi o que buscamos empreender em livro recente, que trata precisamente deste tema e que objetivou examinar crítica e sistematicamente *O Campo da História*, discutindo especialidades e abordagens historiográficas como a História Política, a História Social, a História das Mentalidades, a História Serial, a Micro-História, a Biografia Histórica, e muitas outras.

Tal como se mostrou parcialmente aqui, uma chave para uma mais correta delimitação destes campos é a consideração de que as divisões que habitualmente são previstas como especialidades da História referem-se a critérios diferenciados: dimensões, abordagens e domínios – isto é, as divisões que remetem ao aspecto priorizado no exame de determinada sociedade, as que remetem aos modos específicos de fazer a História, e as que se referem a

campos temáticos.

O texto que aqui foi apresentado deve ser entendido, portanto, como um convite à leitura de um estudo mais amplo que, este sim, ocupou-se de examinar mais sistematicamente uma totalidade de dimensões, abordagens e domínios através dos quais a historiografia nos dias de hoje se apresenta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, Gaston. *L'Air et les songes*. Paris: Corti, 1943.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952.
- BRAUDEL, Fernando. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*, Lisboa: Presença, 1989.
- GRUZINSKI, Serge. “Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso ... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente” In E. MORIN (org.) *A Religação dos Saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.391 e segs.
- HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*, p. 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visões do Paraíso*, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- KULA, Witold. *Economic Theory of the Feudal System*, apud Peter BURKE, *A Escola dos Annales — 1929-1989*, São Paulo: UNESP, 1991.
- LEROI-GOURHAN, A. *Evolution et Technique: L'Homme et la matière*. Paris: A. Michel, 1943.
- MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In *Os Pensadores*, vol. XXXV, São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Assim Falou Zarathustra*, São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- PESEZ, Jean-Marie. “História da Cultura Material” In Jacques LE GOFF (org.) *A História Nova*, São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.202.
- ROCHE, Daniel. *História das Coisas Banais – nascimento do consumo (sec. XVII-XIX)*, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

---

<sup>1</sup> O presente texto é uma adaptação do Primeiro Capítulo de um livro recém-lançado pelo autor, cujo objetivo central é empreender uma leitura panorâmica e uma sistematização das várias modalidades em que hoje é partilhado o campo do saber historiográfico, sem descuidar do estudo dos próprios critérios que presidem a representação do saber historiográfico nestes múltiplos sub-campos de estudo. Referências: José D'Assunção Barros. *O Campo da História – especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

<sup>2</sup> José D'Assunção Barros é historiador e professor de História atuante nos Cursos de Graduação e Mestrado da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras. Tem desenvolvido pesquisa e produzido livros nas áreas de Historiografia e de ‘Teoria e Metodologia da História’, e também nas áreas de História da Arte e de História da Cultura de modo geral.

<sup>3</sup> Friedrich NIETZSCHE, *Assim Falou Zarathustra*, São Paulo: Círculo do Livro, 1976, p.149-150 [original: 1883-1885]

- 
- <sup>4</sup> Serge GRUZINSKI, “Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso ... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente” In E. MORIN (org.) *A Religação dos Saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.391.
- <sup>5</sup> Witold KULA, *Economic Theory of the Feudal System*, apud Peter BURKE, *A Escola dos Annales — 1929-1989*, São Paulo: UNESP, 1991, p.110-111. [Edição polonesa original da obra de Witold Kula: 1962].
- <sup>6</sup> Karl MARX, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” In *Os Pensadores*, vol. XXXV, São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 329-410 [original alemão: 1852].
- <sup>7</sup> Louis HENRY, *Técnicas de análise em demografia histórica*, p. 1988.
- <sup>8</sup> Tradicionalmente, a Arqueologia vinha sendo tratada como ciência distinta da História, gerando uma dimensão corporativa própria (a dos arqueólogos). Mas é precisamente a entrada em cena de uma História da Cultura Material que atua no sentido de incorporar a comunidade arqueológica na comunidade historiadora. Rigorosamente, todo bom arqueólogo é também um historiador da Cultura Material, não se limitando a coletar resíduos de civilizações.
- <sup>9</sup> Jean-Marie PESEZ, “História da Cultura Material” In Jacques LE GOFF (org.) *A História Nova*, São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.202 [orig.: 1978].
- <sup>10</sup> Gaston BACHELARD, *L’Air et les songes*. Paris: Corti, 1943.
- <sup>11</sup> A. LEROI-GOURHAN, *Evolution et Technique: L’Homme et la matière*. Paris: A. Michel, 1943. p.18.
- <sup>12</sup> A. LEROI-GOURHAN, *op.cit.*, p.340 sqs, apud. Gilbert DURAND, *As estruturas antropológicas do imaginário*, Lisboa: Presença, 1989, p.38.
- <sup>13</sup> Fernando BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, 3 vol. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [edição francesa original: 1967].
- <sup>14</sup> Marc BLOCH, *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952 (original de 1931). Existem também artigos de Marc Bloch que examinam os instrumentos e as técnicas utilizados pelos camponeses medievais (“Avènement et conquête du moulin à l’eau” e “Les inventions médiévales”, *Annales d’histoire économique et sociale*, t.VII, 1935).
- <sup>15</sup> Daniel ROCHE, *História das Coisas Banais – nascimento do consumo (sec. XVII-XIX)*, Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- <sup>16</sup> Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visões do Paraíso*, São Paulo: Brasiliense, 1994 [original: 1959]
- <sup>17</sup> Sérgio Buarque de HOLANDA, *Caminhos e Fronteiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [original: 1957]